

9ª MOSTRA NACIONAL DE TRABALHOS DA QUALIDADE DO JUDICIÁRIO ESTRATÉGIA E GESTÃO

CATEGORIA – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APLICADA À ATIVIDADE JUDICIÁRIA

6ª VARA DO TRABALHO DE NATAL – RN
auxiliadorarodrigues@trt21.jus.br

NOME DO PROJETO – A JUSTIÇA *LIGA* PARA CONCILIAR.

RESPONSÁVEL

Mª Auxiliadora B. M. Rodrigues – Juíza Titular da 6ª Vara do Trabalho de Natal/RN.

EQUIPE

Giuseppe Maroja Limeira – Diretor de Secretaria
Max Alexandre Campos – Técnico Judiciário
Cláudio Bulhões de Lima – Técnico Judiciário
Eliane Maria Fernandes Pereira - Requisitada
Ciro José Peixoto Pedrosa – Técnico Judiciário

I - IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Necessidade de aumento do número de conciliação na Vara objetivando:

- 1- A redução do percentual de congestionamento de processos na fase de execução e liquidação;
- 2- Resgate da função conciliatória e história da Justiça do Trabalho;
- 3- Necessidade de meios mais céleres para inclusão de processos em pauta de conciliação objetivando atender o anseio das partes.
- 4- Alto índice de ausência das partes às audiências de conciliação.
- 5- Baixo índice de conciliação nas pautas aprazadas para tal fim e, conseqüente resistência de alguns juízes em elaborarem pautas de conciliação *mais extensas* sob o argumento de que os resultados são insatisfatórios.

II - QUANTIFICAÇÃO DOS EFEITOS DO PROBLEMA

Em 23 de agosto de 2006 o Conselho Nacional de Justiça instituiu o MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO, e agendou o dia 08 de dezembro daquele ano para o início da mobilização nacional pela conciliação.

No ano seguinte, 2007, o programa foi ampliado com a semana nacional da conciliação ocorrida no período de 03 a 08 de dezembro, a qual mobilizou mais de três mil magistrados em todo o Brasil.

A Sexta Vara do Trabalho de Natal, em que pese sempre tenha participado do movimento de conciliação vinha, antes de 2008, realizando um trabalho meramente sistemático neste sentido e até então não havia sido concebido que a valorização desta prática **poderia mudar o perfil desta unidade judiciária**.

Em reuniões informais levadas a termo com colegas magistrados da capital e, principalmente, do interior restava patente que o principal óbice à ultimate de conciliações dos processos incluídos em pauta, especiais de conciliação, residia na ausência das partes/advogados. Informalmente os datilógrafos de audiência costumavam comentar que *era difícil formar <par>* e quando ocorria das duas partes comparecerem à audiência a conciliação quase sempre era concretizada.

O aumento crescente do número de reclamações trabalhistas nas Varas da Capital também estava gerando um nível de congestionamento na execução, notadamente, em razão do quadro de servidores da varas e de oficiais de justiça não ter crescido na proporção do volume que fora majorada o número de reclamações trabalhistas.

Necessidade de por fim a concepção reiterada das partes, notadamente, exequentes mais humildes que, após a sentença de mérito ocorria um distanciamento do magistrado das partes, face a ausência de novo contato direto.

III - QUALIFICAÇÃO DOS EFEITOS DO PROBLEMA

O índice de conciliação de processos na Sexta Vara do Trabalho de Natal, em 2007, era pífio, conforme poderá ser aferido do gráfico constante no tópico posterior.

O grande problema da resolução de processos através da via da conciliação era, precipuamente, a ausência das partes as audiências aprazadas, o que já constituía, há algum tempo, preocupação.

Planilha apresentada pelo TRT da 21ª Região, por ocasião da semana de conciliação de 2008, atesta a expressividade de tais ausências ao registrar a divergência entre o número de audiências aprazadas pelos juízes do

trabalho, por ocasião do referido movimento, e o número efetivo de audiências realizadas, nas quais foram intermediada propostas de conciliação.

Como exemplo pode ser citado a Vara do Trabalho de Ceará Mirim, situada no interior do estado do Rio Grande do Norte, na qual o índice de ausências, em alguns dias, suplantou o percentual de 50%, como fora o caso do dia 01.12.2008, no qual foram aprazadas 106 audiências, realizadas apenas 41 e ultimadas 8 conciliações. No curso da semana da conciliação, na referida Vara foram aprazadas 356 audiências e realizadas apenas 177. Na Vara de Caicó foram aprazadas 38 audiências e realizadas e na Vara de Macau das 72 audiências aprazadas foram realizadas 60.

Abaixo é apresentado o resumo empreendido a partir dos dados colhidos no expediente encaminhado através do Ofício Circular TRT GP-075/2008, de 12.12.2008, no tocante ao movimento das varas da Capital. Os números dizem respeito às audiências de conciliação aprazadas e realizadas no período de 01 a 05.12.2008.

Vara	Audiências marcadas	Audiências realizadas	% ausência
1ª VT Natal	91	77	15.38%
2ª VT Natal	129	118	8.53%
3ª VT Natal	165	99	40.00%
4ª VT Natal	61	58	4.92%
5ª VT Natal	55	37	32.73%
6ª VT Natal	201	201	0.00%
7ª VT Natal	123	113	8.14%
8ª VT Natal	23	22	4.35%

O que efetivamente é constatado através do referido levantamento corresponde ao expressivo número de ausências, notadamente, em algumas varas do interior o que, certamente, decorre da circunstância da grande parte dos advogados residirem na Capital onde, a exemplo do interior, também são realizadas sessões de conciliação no mesmo período do ano. Acrescenta a este aspecto o fato do considerável custo do deslocamento para varas do interior do estado. Neste custo há de ser focado não apenas o lado financeiro como, principalmente, o desgaste físico e riscos acrescidos dada as condições de circulação em algumas rodovias estaduais e federais.

Há ainda a circunstância de grande parte dos exequentes encontrarem-se empregados e, assim, terem dificuldade de se ausentar do trabalho para atendimento do chamado judicial. Dificuldade esta acrescida

diante do receio fundamentado de comunicar ao seu novo empregador o fato ter possuir demanda na Justiça do Trabalho contra o seu antigo empregador.

Enfim, os problemas ou fatores que ensejam a ausências das partes as audiências de conciliação são inerentes a todas as Varas do Trabalho do E. TRT da 21ª Região e, de certo a todas as demais Varas de outros Regionais Brasileiros.

O efeito decorrente de tais ausências, de certo, constitui preocupação generalizada de todo magistrado tanto assim que, a cada ano, são implementadas e noticiadas pela mídia, inúmeras práticas motivadoras para que as partes e advogados encampem o **PROJETO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ALUSIVO AO MOVIMENTO CONCILIAR** e, assim, compareçam as audiências de conciliação priorizando a busca de uma solução auto compositiva da lide. Enfim, a todo custo o judiciário empreende esforços no sentido de evitar tais ausências, contudo até então não era adotada uma medida eficaz para neutralizar o problema quando materializado.

O presente projeto rotulado com o slogan – **A JUSTIÇA LIGA PARA CONCILIAÇÃO** - teve por fim, modestamente, solucionar esta questão ou, pelo menos, neutralizar os efeitos desse não comparecimento.

É de admitir que no âmbito da sistemática ordinariamente utilizada nas pautas decorrentes do MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO o não comparecimento de uma das partes à audiência aprazada gerava, insofismavelmente, a frustração da conciliação almejada.

Alguns poucos magistrados chegam a notificar a parte ausente no caso de ser formulada alguma proposta pelo advogado ou parte que comparece à audiência de conciliação. É impossível, porém, desconsiderar que a simples notificação, por parte da justiça, no sentido de informar eventual proposta lançada em audiência, além de possuir custo bem mais elevado gera, de certo, rotina bem mais complexa, pois carece do cumprimento de diligência atinente a expedição da notificação, ulterior contagem de prazo e subseqüente conclusão do processo ao magistrado para despacho.

Ademais, é inegável a nossa vocação para a comunicação oral. Somos um povo que se comunica melhor por meio da fala, tanto que a “tradução” dos atos judiciais é prática corrente no cotidiano dos tribunais, sobretudo no judiciário trabalhista.

Enfim, em meio a toda esta conjuntura é que foi instituída a ferramenta do CALL CENTER na Sexta Vara do Trabalho de Natal o qual já é do conhecimento de todos os advogados militantes desta Justiça.

IV - METAS E AÇÕES IMPLEMENTADAS

Em 2008, por ocasião da Semana Nacional de Conciliação, a Titular da 6ª Vara de Natal, juntamente com sua equipe de servidores resolveu estabelecer como meta *atingir 100% de efetividade* na pauta de conciliação agendada, com 201 processos. A meta não era conciliar 100% da pauta e, apenas, viabilizar que, todos os processos inseridos na pauta, tenham uma efetiva tentativa de solução auto-compositiva intermediada pela Vara.

A proposta inicial teve por objetivo imediato procurar neutralizar os efeitos decorrentes da expressiva ausência das partes nas pautas de conciliação agendadas.

O número de ausências era significativo e desmotivava não apenas a equipe de apoio da audiência como, inclusive, a própria magistrada. Era necessário fazer algo mais para viabilizar o contato com as partes/advogados.

Neste propósito é que a Sexta Vara do Trabalho de Natal resolveu adotar uma ferramenta de informação antiga, que data mais de 200 anos, pois não cabe aqui neste trabalho questionar se o verdadeiro inventor do Telefone teria sido Graham Bell ou Antonio Meucci¹, pois em qualquer das hipóteses ele foi descoberto ou inventado nos idos de 1850.

O certo é que este equipamento de comunicação sem o qual milhões de atividades e operações econômicas e empresarias não teriam viabilidade no mundo atual é, pela justiça, totalmente alijado da sua função essencial que é viabilizar o contato de pessoas ausentes no local onde é necessária uma tratativa ou conversação.

Em síntese a 6ª Vara teve que admitir a necessidade da justiça perder o receio de ir ao encontro do jurisdicionado, em nome de um interesse

¹ *Há divergências no meio Científico se o telefone teria sido inventado em 2 de junho de 1875, Graham Bell, na verdade descoberto quando de uma experiência realizada com telégrafos ou se, efetivamente, o seu inventor seria o italiano Antonio Meucci o qual teria inventado o telefone nos idos de 1849.*

público maior. A composição das partes como meta primordial fazendo valer a celeridade e a prestação jurisdicional efetiva.

A ferramenta que veio a ser utilizada para a busca do jurisdicionado, em que pese ser disponível em todas as unidades judiciárias do Brasil, e tenha baixíssimo custo, nunca havia sido antes de tal termo explorada pela Justiça do Trabalho local.

Passou, assim, a Sexta Vara do Trabalho de Natal a utilizar o TELEFONE para contactar os advogados ausentes à audiência de conciliação. Nasceu o embrião deste projeto com o que passou a ser denominada de CALL CENTER da Sexta Vara de Natal serviço este que funciona, até o momento, exclusivamente, nos dias de pauta de audiência de conciliação. O serviço tem por fim precípua estreitar a relação entre às partes e a Justiça e, de forma mais relevante, neutralizar o prejuízo advindo da ausência de uma das partes as audiências do MOVIMENTO DE CONCILIAÇÃO.

A audiência é realizada nos moldes ordinários, contudo, no caso de ausência de uma das partes é questionado pela juíza que preside a audiência se o advogado presente gostaria de deixar consignada uma proposta de conciliação para que a servidora lotada no CALL CENTER tente a resolução do processo através da aceitação da proposta.

Em aproximadamente 90% dos casos a parte concorda e, de pronto, a proposta é consignada em ata, inclusive, com o detalhamento do percentual do acordo em relação ao valor total da execução. Na ata de instrução é registrado que o processo será encaminhado ao CALL CENTER sendo a ata gerada pelo sistema e lançada na internet.

Ato contínuo a parte é encaminhada para uma mesa ao lado onde a servidora responsável e devidamente treinada, entra em contato com o advogado da parte adversa e informa da proposta formulada. Sendo aceita é agendado dia para formalização do acordo o qual, por vezes, ainda é realizado no mesmo dia.

De admitir que, em alguns casos, o advogado ao receber a proposta já faz uma contraproposta sendo de responsabilidade da mesma servidora intermediá-la. Tais ligações, como já asseverado são empreendidas na própria sala de audiência a qual em tais dias tem seu layout alterado. O contato é feito

de imediato e a parte proponente, na maioria dos casos, permanece na sala aguardando o aceite.



O Egrégio TRT da 21ª Região já adotava nas contracapas dos processos etiquetas para colocação dos contatos telefônicos das partes e advogados o que, sobremaneira, contribuiu para operacionalização da nova prática.

O trabalho de elaboração de cada pauta passa pela análise do encarregado do Setor com a supervisão do Diretor de Secretaria. Os resultados alcançados são estudados visando aprimoramento da próxima pauta a ser elaborada.

Nos dias de audiência de conciliação são lotados na sala de audiência, dois escrivães, além do Diretor de Secretaria que auxilia a responsável pelo CALL CENTER e empreende a resolução de problemas no tocante a algumas conciliações mais complexas e que exigem rotinas diferenciadas.

Objetivando conferir maior visibilidade frente ao jurisdicionado e aos advogados militantes foram confeccionadas camisetas com o lema da CAMPANHA DE CONCILIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, as quais são utilizadas nos dias de sessões de conciliação. As audiências de conciliação são realizadas em conformidade com calendário previamente encaminhado à Vara pela Presidente do Movimento pela Conciliação Local.

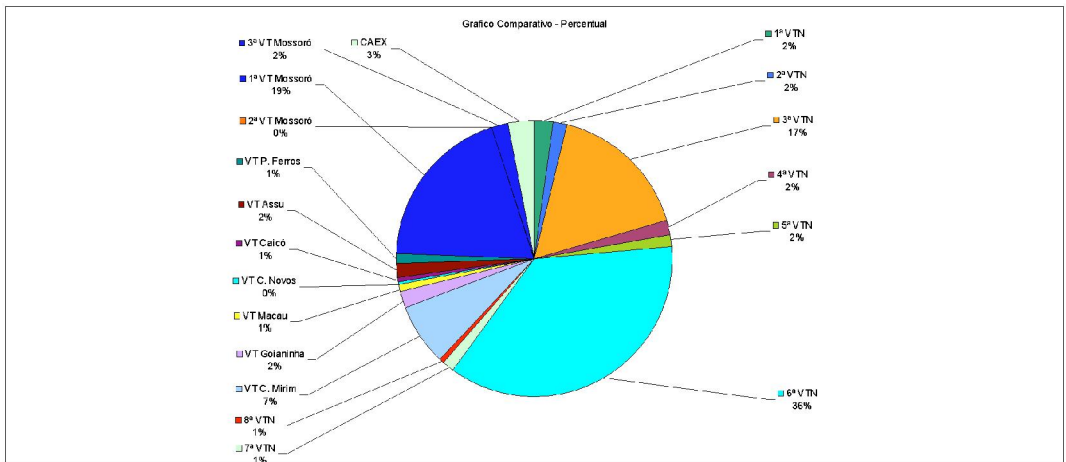
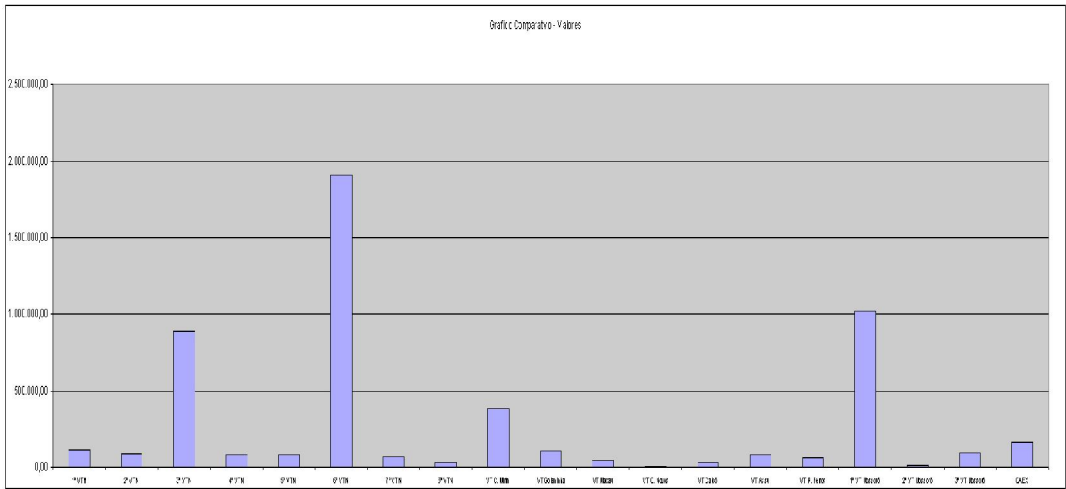


No ano de 2009 foram realizadas até o momento sessões extraordinárias de conciliação nos dias: 20.02.2009; 27.03.2009; 24.04.2009; 29.05.2009; 26.06.2009; 31.07.2009 e 28.08.2009. Em caráter extraordinário, foi agendado pelo atual presidente do TRT da 221ª Região, Dr. José Barbosa Filho, uma semana de conciliação, a qual decorreu de 01 a 04 de junho.

O TRT da 21ª Região, segundo matéria divulgada no site www.trt21.jus.br teve um aumento de 128% no número de conciliações no exercício de 2009 se comparado com o exercício anterior.

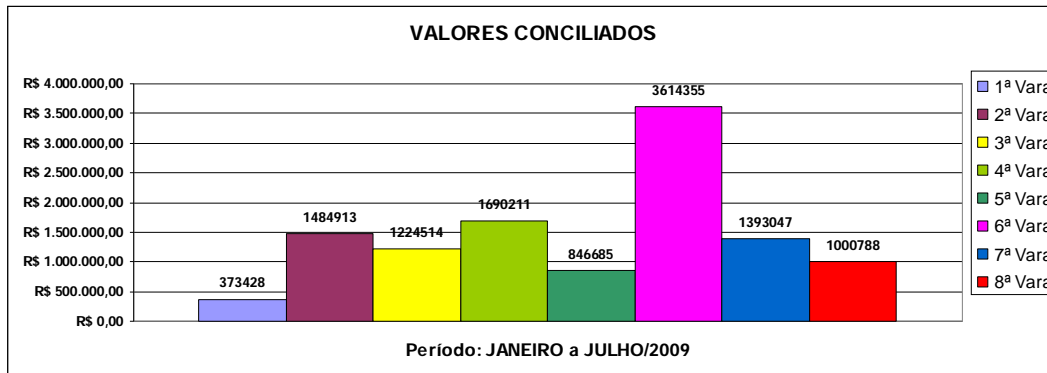
V - RESULTADOS OBTIDOS E BENEFÍCIOS

Na semana de Conciliação levada a termo no ano de 2008, a Sexta Vara do Trabalho de Natal apresentou o melhor resultado não apenas em termos percentuais como quantitativos, conforme gráficos divulgados pela presidência do TRT a através do Ofício Circular 75/2008 já referenciado neste trabalho. Os índices apresentados, de certo, foram decorrência da EFETIVIDADE conferida às audiências por força no novo recurso inserido nesta unidade judiciária, o TELEFONE.

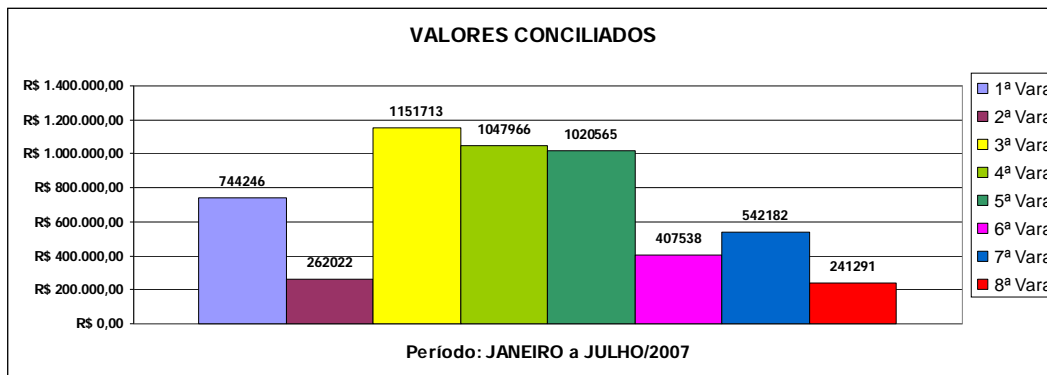


No ano de 2009, o saldo positivo é evidenciado no boletim estatístico alusivo ao período de janeiro a julho de 2009 (da 1ª instância), disponível no site www.trt21.jus.br. O resultado é ainda mais significativo se comparado com a posição e valores da 6ª Vara de Natal no mesmo período de 2007.

2009

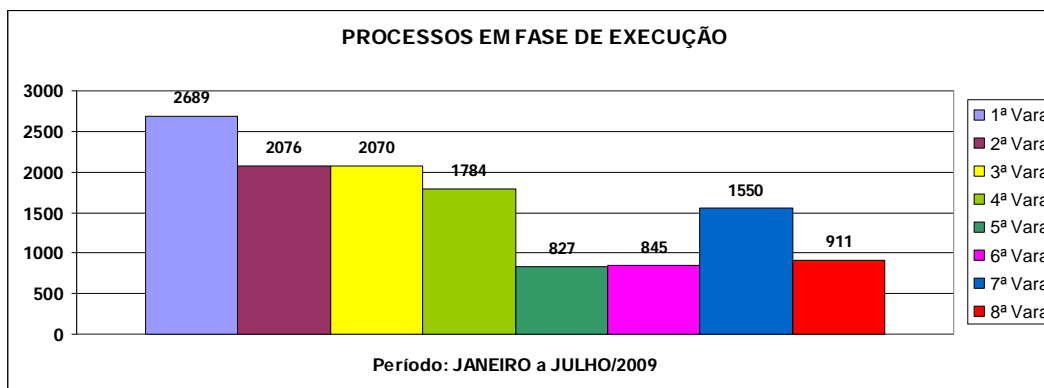


2007



Evidente, do confronto dos dois gráficos, a mudança substancial no perfil da 6ª Vara do Trabalho de Natal após a adoção da ferramenta de trabalho ora apresentada.

O número de processos de execução da Sexta Vara de Trabalho de Natal, de acordo com último informe estatístico disponível no site www.trt21.jus.br, é de apenas 845 processos e, assim, corresponde a segunda menor execução de todo o Estado, sendo certo que a 7ª Vara do Trabalho de Natal, instalada na mesma data, conta segundo informações constantes no mesmo site com um total de 1.550 processos. Este resultado a partida só pode ser atribuído ao volume dos processos conciliados na fase de execução sendo, inclusive, necessário registrar que a Sexta Vara do Trabalho de Natal, desde a sua instalação conta com o menor número de servidores da Capital, bem assim chegou a permanecer sem juiz auxiliar.



Os resultados satisfatórios evidenciados com a nova prática vem motivando, cada vez mais, os servidores da Vara a empreenderem esforços no sentido de, em dias de pauta de conciliação, trabalharem com todo afincamento e dedicação objetivando atingir as metas fixadas para cada pauta aprazada.

As partes, por seu turno, recepcionam, na prática do CALL CENTER, um passo a mais no caminho da humanização da relação do judiciário com o jurisdicionado. O juiz passa a ser visto como cidadão no instante em que passa a utilizar recursos e canais coloquiais para comunicação com as partes.

O novo sistema permite que à parte que objetiva conciliar, na véspera da própria pauta de conciliação, compareça à Secretaria da Vara e, só neste momento, requererá a designação de audiência. O processo é inserido em pauta sendo publicada notificação no DOE e, ato contínuo firmado contato telefônico com o advogado da parte adversa. No dia seguinte, mesmo que a outra parte não venha a comparecer à audiência a proposta formulada é intermediada pelo CALL CENTER e, em muitos casos, há êxito em tais situações.

Atualmente são inseridos nas pautas de conciliação da Sexta Vara de Natal não apenas os processos de execução como, também, processos da fase de liquidação e, até mesmo, do Trânsito em julgado. No concernente a este último setor em particular, apenas processos após apresentada contra-razões. O percentual de resolução de processos do setor de Trânsito em Julgado oscila em torno de 10 a 15%. Este percentual é de ser recepcionado como bom diante da excepcionalidade desta rotina.

No tocante a processos do setor do Trânsito em Julgado é essencial à utilização da nova ferramenta visto, em alguns casos, os advogados residirem em outros estados e, por já terem interposto recurso ou apresentado contra-razões, a princípio, não entenderem a necessidade de comparecimento a sessão de conciliação nesta fase processual.

VI - CONCLUSÃO

O mundo hoje vive na era da informação sendo notória a necessidade da Justiça utilizar todos os canais possíveis para viabilizar maior celeridade na resolução dos conflitos e, principalmente, melhor gerenciar as rotinas nas Varas.

O projeto apresentado, de certo, ainda carece de aprofundamento e melhorias as quais, com certeza, acredita-se poder surgir em meio ao *9ª MOSTRA NACIONAL DE TRABALHOS DA QUALIDADE DO JUDICIÁRIO*, no qual magistrados comprometidos com a temática do encontro e com experiências diferenciadas poderão contribuir, com sugestões, para enriquecimento da prática que ora é lançada à apreciação da banca examinadora.

Na verdade todo projeto antes de ser produzido foi idealizado e sendo fruto de um sonho.

E este sonho, no tocante ao projeto <**A JUSTIÇA LIGA PARA CONCILIAR**> pode ser resumido no desejo de todos que integram a Sexta Vara do Trabalho de Natal em conferir efetividade aos títulos judiciais constituídos nesta unidade judiciária.

A nova prática adotada pela 6ª Vara de Natal é recepcionada pelas partes como mais efetiva e cidadã e, por parte dos advogados, como mais comprometida com a proposta lançada pelo CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NO PROJETO CONCILIAR.

O certo é que o projeto **A JUSTIÇA LIGA PARA CONCILIAR**, teve o condão de concretizar um sonho de todo o cidadão brasileiro que era da Justiça poder, literalmente, LIGAR em busca da resolução de seus problemas.

A utilização desta nova ferramenta de comunicação mesmo que não logre, em todos os casos, a efetiva concretização da proposta de conciliação a

ser intermediada, gera, insofismavelmente, uma mudança de paradigma e cria uma nova forma de relacionamento da Justiça frente ao jurisdicionado.

É comum ouvir nos corredores, em dias de sessões, exequentes mencionarem que estavam esperando o JUIZ ligar para tentar conciliar seu processo. Este cidadão a partir daquele momento passa a sentir-se importante e valorizado diante daquele julgador.

Ademais este comprometimento com a CONCILIAÇÃO veio, gradativamente, formatar um perfil diferenciado à 6ª Vara de Natal no tocante ao número de CONCILIAÇÃO, o que tem como saldo positivo: **1-** os números apresentados neste trabalho; **2-** a satisfação no tocante a qualidade de atendimento da vara pelo jurisdicionado e **3-** a motivação dos servidores diante dos resultados alcançados e **4-** formatação do perfil da Vara como órgão PACIFICADOR.



A valorização do advogado enquanto parceiro neste grande projeto também constitui fator essencial aos frutos evidenciados com a adoção desta nova prática.

Enfim, **a Sexta Vara do Trabalho de Natal LIGA para conciliar** e os seus números confirmam esta assertiva.

Maria Auxiliadora Barros Medeiros Rodrigues
Juíza Titular da 6ª Vara do Trabalho de Natal
TRT 21ª Região